**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, na melhor forma de direito as partes:

- na qualidade de cedente:

**COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP**, companhia hipotecária, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.282.093/0001-50, com sede na Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90560-002, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Cedente”);

- na qualidade de securitizadora:

**FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.979.898/0001-70, com sede na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conj. 41, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-010, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Securitizadora” ou “Cessionária”);

- na qualidade de devedora das CCB (conforme abaixo definidas):

**GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP: 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº03.582.853/0001-45, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Devedora”);

- na qualidade de avalistas das CCB:

**WINSTON COSTA REZENDE**, pessoa física, brasileiro, engenheiro civil, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **LUZIA ROZANA GORNERO REZENDE**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00664885873, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob nº 124.646.191-91, residente e domiciliado na Rua DP-03, Ch. 02 e 03, Vila Divino Pai Eterno, CEP 74835-658, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás (“Sr. Winston”); e

**GUSTAVO GORNERO REZENDE**, pessoa física, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **NATASHA MALASPINA REZENDE**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01070619730, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob nº 711.102.591-15, residente e domiciliado na Rua C-178, nº 526, Qd. 616, Lt. 8, Setor Nova Suíça, CEP 74280-070, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás (“Sr. Gustavo”);

**RODOLFO GORNERO REZENDE**, pessoa física, brasileiro, empresário, divorciado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02516245512, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 008.049.741-10, residente e domiciliado na Av. Antonio Fidelis, Q. 104, Lt. 1/13, S/N, apto. 2406, Bloco C, Cond. Vivaz, CEP 74840-090, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás (“Sr. Rodolfo”); e

**FILIPE GORNERO REZENDE**, pessoa física, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com **PAULA DIAS PINTO REZENDE**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01939788370, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.981.271-79, residente e domiciliado na Rua DP-3, nº 0, Chácara 5-A, Casa 2, Pq. Amazônia, CEP 14840-027, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás (“Sr. Filipe” – em conjunto com o Sr. Winston, o Sr. Gustavo e o Sr. Rodolfo, os “Avalistas”);

(A Cedente, a Securitizadora, a Devedora e os Avalistas, adiante denominados em conjunto como “Partes” ou, individual e indistintamente, “Parte”).

**II – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:**

1. a Devedora emitiu, nesta data, em favor da Cedente, as Cédulas de Crédito Bancário nº 81500034-0, 81500035-9, 81500036-7, 81500037-5, 81500038-3 e 81500039-1 (“CCB 1”, “CCB 2”, “CCB 3”, “CCB 4”, “CCB 5” e “CCB 6” – em conjunto, as “CCB”), com o aval dos Avalistas, por meio das quais a Cedente, sujeita ao atendimento das condições precedentes para desembolso, concederá à Devedora financiamentos imobiliários nos valores de (i) R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) para a CCB 1; (ii) R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para a CCB 2; (iii) R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) para a CCB 3; (iv) R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para a CCB 4; (v) R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) para a CCB 5; e (iv) R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) para a CCB 6; (“Financiamentos Imobiliários”); ambos destinados única e exclusivamente para reembolso das despesas havidas para o desenvolvimento dos empreendimento imobiliários de natureza hoteleira relacionados no Anexo I às CCB (“Empreendimentos Alvo”).
2. em decorrência da concessão dos Financiamentos Imobiliários, a Devedora se obrigou a pagar à Cedente (i) os direitos creditórios oriundos dos Financiamentos Imobiliários, no valor, forma de pagamento e demais condições previstos nas CCB, bem como (ii) todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora, ou titulados pela Cedente, por força das CCB, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nas CCB (sendo os direitos creditórios mencionados em “i” e “ii” acima doravante denominados “Créditos Imobiliários CCB”);
3. do outro lado, a Securitizadora é uma companhia securitizadora cuja principal atividade é adquirir recebíveis imobiliários para lastrear instrumentos financeiros denominados Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), emitidos nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 2017 (“Lei 9.514”), e da Instrução nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e distribuí-los no mercado de capitais a investidores interessados em receber seus rendimentos por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, na forma da Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, da CVM (“Oferta Restrita”);
4. a Securitizadora tem a intenção de adquirir os Créditos Imobiliários CCB para lastrear os CRI das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão de CRI da Securitizadora (“Emissão”);
5. a Cedente tem a intenção de ceder, de forma onerosa, os Créditos Imobiliários CCB à Securitizadora com a finalidade de captar os recursos necessários para promover o desembolso dos Financiamentos Imobiliários à Devedora, e a Devedora destinará única e exclusivamente para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo;
6. para assegurar o pagamento dos investimentos feitos pelos investidores de CRI, a Securitizadora acordou com a Devedora a constituição de Garantias para a estrutura financeira de captação, conforme definidas na Cláusula 5.2 deste instrumento;
7. nesse sentido, mediante a cessão dos Créditos Imobiliários CCB para que estes sirvam de lastro aos CRI, serão agregadas à estrutura financeira de captação as seguintes Garantias, melhor detalhadas neste instrumento, com o objetivo de assegurar o adimplemento das Obrigações Garantidas (abaixo definidas): (i) a cessão fiduciária, pela **TC OPERAÇÕES TURÍSTICAS LTDA.**, sociedade limitada com sede no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Adib Auada, 35, bloco A2, Cj. 212, Jardim Lambreta, CEP 06710-700, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.511.764/0001-70 (“TC Operações”), dos créditos futuros oriundos dos recebíveis decorrentes dos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira (“Cessão Fiduciária” e “Créditos Cedidos Fiduciariamente”), a ser constituída por meio do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos e Outras Avenças*”, celebrado entre a TC Operaçõese a Securitizadora nesta data (“Contrato de Cessão Fiduciária”); (ii) a alienação fiduciária das quotas (“Alienação Fiduciária de Quotas”), representativas do capital social da TC Operações, a ser constituída por meio do “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado nesta data entre os sócios da TC Operações e a Securitizadora (“Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas”); (iii) o Fundo de Reserva, definido e constituído na forma da Cláusula 5.5 deste instrumento; e (iv) o Fundo de Obras, definido e constituído na forma da Cláusula 5.6 deste instrumento;
8. sendo assim, o presente Contrato de Cessão tem por escopo regular a aquisição, pela Securitizadora, dos Créditos Imobiliários CCB para lastrear uma emissão de CRI; e as relações entre (i) a Cedente, como credora original das CCB e, por consequência, dos Créditos Imobiliários CCB, e a Securitizadora, como cessionária dos Créditos Imobiliários CCB; (ii)a Devedora, como devedora das CCB e, por consequência, dos Créditos Imobiliários CCB, e a Securitizadora, como cessionária dos Créditos Imobiliários CCB; e (iii) as Garantias e a Securitizadora;
9. a estruturação da Emissão e a captação de recursos pressupõem, ainda, a contratação de prestadores de serviços e a celebração concomitante dos seguintes documentos (os “Documentos da Operação”):
10. as 6 (seis) CCB;
11. o “*Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário sem Garantia Real sob a Forma Escritural e Outras Avenças*” (a “Escritura de Emissão de CCI”), por meio do qual a Cedente emitiu Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), custodiadas por uma instituição custodiante, para representar os Créditos Imobiliários CCB;
12. este *“Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários em Garantia e Outras Avenças*” (“Contrato de Cessão”);
13. o Contrato de Cessão Fiduciária;
14. o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas;
15. o “*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das* *389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A.*” (“Termo de Securitização”), para emitir os CRI e indicar um agente fiduciário para agir como representante de seus investidores;
16. o “*Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços, de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A.”*, celebrado entra a Securitizadora e a **ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME nº 13.293.225/0001-25, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 18º andar, CEP 22250-906 (“Coordenador Líder”), para realizar a oferta pública de distribuição dos CRI a investidores (“Contrato de Distribuição”);
17. um contrato para reger os serviços de gestão ou monitoramento da carteira de créditos oriundo dos contratos de cessão de direito de uso de unidades hoteleiras, a ser celebrado entre a Securitizadora, a Devedora e a **CONVESTE AUDFILES SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua 72, nº 325, 13º Andar, Ed. Trend Office Home, Jardim Goiás, CEP 74805-480, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.758.816/0001-60, (“Servicer” e “Contrato de Servicing”);
18. os boletins de subscrição dos CRI; e
19. quaisquer aditamentos aos documentos mencionados acima;

**Resolvem** as Partes celebram o presente Contrato de Cessão, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir descritas.

**III – CLÁUSULAS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DESTE CONTRATO DE CESSÃO**

* 1. De modo a viabilizar a captação de recursos pretendida pela Devedora, as Partes aqui ajustam os termos e condições para a cessão definitiva e onerosa, a partir da presente data (inclusive), sem qualquer coobrigação da Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, dos Créditos Imobiliários CCB representados pelas CCI (“Cessão de Créditos”).
     1. Os Créditos Imobiliários CCB objeto da Cessão de Créditos estão descritos no Anexo I a este Contrato de Cessão.
     2. O saldo devedor nominal dos Créditos Imobiliários CCB é de R$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) nesta data.
     3. A Cedente cede e transfere à Securitizadora, e a Securitizadora adquire, os Créditos Imobiliários CCB representados pelas CCI, incluindo seu principal, juros, atualização monetária, garantias e demais acessórios, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza.
     4. Os Créditos Imobiliários estão representados por CCI emitidas pela Cedente nos termos da Escritura de Emissão de CCI, sendo que seus respectivos registros junto à **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO** – segmento CETIP (“B3 – Segmento CETIP UTVM”) e transferências à Securitizadora serão operacionalizados na modalidade “sem financeiro”.
  2. As Partes concordam que este Contrato de Cessão trata meramente de uma operação financeira de captação de recursos viabilizada pela cessão dos Créditos Imobiliários para que estes deem lastro aos CRI a serem emitidos pela Securitizadora, e por sua força a Securitizadora assumirá apenas a posição de credora dos Créditos Imobiliários CCB, o que abrange os direitos e ações relativos aos Créditos Imobiliários CCB, inclusive eventuais garantias.
  3. Considerando que a presente Cessão de Créditos destina-se a viabilizar captação de recursos por meio dos CRI, os Créditos Imobiliários CCB representados pelas CCI permanecerão a eles vinculados até o integral cumprimento das obrigações decorrentes dos CRI, conforme refletidas nos Documentos da Operação, sendo essencial que os Créditos Imobiliários CCB mantenham as características, incluindo curso e conformação, necessárias para fazer frente a tais obrigações, e certo que eventual alteração dessas características interferirá no lastro dos CRI, e, portanto, somente poderá ser realizada mediante aprovação dos investidores em assembleia geral (“Assembleia dos Titulares dos CRI”) convocada para esse fim. Sem prejuízo, o valor dos Créditos Imobiliários CCB não poderá ser modificado nem mesmo com a autorização da Assembleia dos Titulares dos CRI.
  4. A Cedente e a Devedora obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias para fazer a presente Cessão de Créditos, a Cessão Fiduciária e as disposições e garantias dos demais Documentos da Operação sempre bons, firmes e valiosos, reconhecendo que seus termos e condições são essenciais para que a Securitizadora viabilize e mantenha a captação de recursos, e para que os investidores comprem os CRI da Emissão.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DO PAGAMENTO DO PREÇO DA CESSÃO**

1. A captação de recursos, entendida como integralização dos CRI, encontra-se sujeita ao implemento de condições precedentes nos termos do artigo 125 do Código Civil, de modo a somente produzir efeitos quando da verificação cumulativa das seguintes condições, que deverão ser cumpridas pela Devedora (“Condições Precedentes”):

1. celebração de todos os Documentos da Operação;
2. perfeita formalização do Contrato de Cessão e respectivo registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Goiânia/GO. A Devedora deverá realizar referido protocolo de registro em até 5 (cinco) dias contados desta data, obrigando-se a encaminhar para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário via registrada em 30 (trinta) dias contados desta data, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, em caso de exigências por parte do Cartório competente;
3. protocolo para arquivamento, na Junta Comercial do Estado de Goiás (“JUCEG”), do ato societário da Devedora que autorize a celebração dos Documentos da Operação;
4. registro da Alienação Fiduciária de Quotas no Cartório de Registro de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo/SP, Cotia/SP e Goiânia/GO, bem como o arquivamento da alteração do contrato social da Devedora na JUCEG evidenciando cláusula de gravame sobre as quotas representativas de seu capital social. Ambos pedidos de registro deverão ser feitos em até 5 (cinco) dias contados desta data, e as vias registradas deverão ser encaminhados para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário em 30 (trinta) dias contados desta data, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, em caso de exigências por parte do Cartório ou da JUCEG;
5. confirmação, pela Securitizadora e pelo Coordenador Líder, da conclusão satisfatória, a seu exclusivo critério, da auditoria jurídica da Devedora, dos Empreendimentos Alvo, mediante entrega de relatório de auditoria jurídica pelos assessores legais contratados para a operação (“Relatório de Auditoria Jurídica”);
6. apresentação de Relatório de Medição das obras dos Empreendimentos Alvo, com data de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à presente;
7. apresentação da opinião legal da Oferta Restrita, realizada pelos assessores legais contratados, em condições satisfatórias à Securitizadora e ao Coordenador Líder;
8. conclusão satisfatória, ao exclusivo critério da Securitizadora e do Coordenador Líder, da auditoria jurídica e financeira dos Contratos Imobiliários, mediante entrega de relatório de auditoria pelo Servicer contratado para a operação (“Relatório do Servicer”);
9. a inexistência de inscrições em órgãos de proteção ao crédito, em nome da Devedora e/ou de seus sócios, de valor individual igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou em valor agregado de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
10. não verificação de nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado das CCB, mediante declaração enviada pela Devedora nesse sentido.
    * 1. Correrão por conta da Devedora todas as despesas, taxas e/ou emolumentos devidos e necessários à formalização dos Documentos da Operação.
      2. Na hipótese da não implementação das Condições Precedentes em até 60 (sessenta) dias contados da presente data, este instrumento poderá ser considerado resolvido de pleno direito pela Securitizadora, não produzindo quaisquer efeitos entre as Partes. Nesta hipótese, a Devedora deverá reembolsar a Securitizadora e os prestadores de serviço da operação por todas as despesas eventualmente incorridas, desde que devidamente comprovadas, incluindo as Despesas Flat relacionadas no Anexo III, conforme aplicáveis, cabendo à Securitizadora devolver à Cedente os Créditos Imobiliários CCB já transferidos, inclusive por meio dos sistemas da B3 – Segmento CETIP UTVM.
11. Verificada a implementação das Condições Precedentes, a Securitizadora, mediante instrução ao Coordenador Líder, chamará os investidores a integralizarem os CRI. Os valores das integralizações serão recebidos na conta nº 27898-1, agência 0393, mantida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Securitizadora (“Conta Centralizadora”), e deverão ser liquidados na forma do Termo de Securitização e nos prazos indicados abaixo.

2.2.1. Caso os investidores decidam, por sua mera liberalidade, conta e risco, integralizar os CRI previamente ao cumprimento de todas as Condições Precedentes (exceto em relação às hipóteses dispostas nos subitens “a”, “e”, “f”, “g” e “h” da Cláusula 2.1 acima), a Cessão de Créditos será considerada efetivada e a operação de captação aperfeiçoada, porém não ficando dispensada a Devedora do cumprimento das demais Condições Precedentes não cumpridas à época, o que será verificado posteriormente pela própria Securitizadora nos prazos indicados na Cláusula 2.1., ou, ante a inexistência de prazo específico, em até 30 (trinta) dias contados do início das integralizações.

1. Em contrapartida à Cessão de Créditos a Securitizadora pagará à Cedente os valores correspondentes às quantias integralizadas pelos investidores dos CRI, descontados eventuais ágios (“Preço de Cessão”). O Preço de Cessão será pago em tranches, conforme abaixo.
2. Primeira Tranche: A primeira tranche do Preço de Cessão, no valor correspondente ao montante de liquidação de até 12.000 (doze mil) unidades de CRI, será paga em até 10 (dez) Dias Úteis da implementação das Condições Precedentes, conforme os CRI forem integralizados.
3. Segunda Tranche: A segunda tranche do Preço de Cessão, no valor correspondente ao montante de liquidação de até 12.000 (doze mil) unidades de CRI, será paga conforme os CRI forem integralizados, em dinheiro. O valor desta parcela poderá variar no tempo, conforme variação do preço unitário dos CRI. Seu pagamento ocorrerá em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação do atendimento das seguintes condições precedentes adicionais: (i) verificação do atendimento das Razões de Garantia (definidas na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão Fiduciária) considerando-se o valor do saldo devedor dos CRI integralizados até então, acrescido do valor de emissão dos CRI correspondentes à segunda tranche; e (ii) aceitação expressa dos investidores, a seu exclusivo critério. Os recursos desta tranche serão destinados à composição do Fundo de Obras, até o limite de seu valor.
4. Terceira Tranche: A terceira tranche, no valor correspondente ao montante de liquidação de até 4.000 (quatro mil) unidades de CRI, será paga conforme os CRI forem integralizados, em dinheiro. O valor desta parcela poderá variar no tempo, conforme variação do preço unitário dos CRI. Seu pagamento ocorrerá em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação do atendimento das seguintes condições precedentes adicionais: (i) verificação do atendimento das Razões de Garantia (definidas na Cláusula Quarta do Contrato de Cessão Fiduciária) considerando-se o valor do saldo devedor dos CRI integralizados até então, acrescido do valor de emissão dos CRI correspondentes à terceira tranche; e (ii) aceitação expressa dos investidores, a seu exclusivo critério.
5. Destinação do Preço de Cessão: O Preço de Cessão está sujeito às retenções e disponibilizações indicadas abaixo, e será destinado conforme Anexo II ao presente instrumento:
6. todas e quaisquer despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos devidamente comprovadas e decorrentes da estruturação, da securitização e viabilização da Emissão, inclusive as despesas com honorários dos assessores legais, da Instituição Custodiante, do Coordenador Líder, da Securitizadora e do Agente Fiduciário, conforme estimadas no Anexo III (“Despesas Flat”);
7. valores de constituição do Fundo de Reserva;
8. valores de constituição do Fundo de Obras;
9. outros valores poderão ser eventualmente retidos na Conta Centralizadora; e
10. os demais valores não retidos serão disponibilizados diretamente pela Securitizadora à Devedora, a título de desembolso dos valores das CCB, por conta e ordem da Cedente, na conta corrente nº 13058-8, agência nº 1011, mantida pela TC Operações junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., para destinação às despesas decorrentes do desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo, na forma prevista nas CCB.

2.7.1. Conforme os CRI forem integralizados a Securitizadora elaborará e disponibilizará à Cedente e à Devedora mapa de liquidação evidenciando os valores recebidos e suas destinações, como forma de comprovação e prestação de contas. O aceite dos mapas pela Cedente e pela Devedora representará quitação em favor da Securitizadora.

2.7.2. Qualquer Despesa Flat cujo valor seja superior ao estimado no Anexo III somente poderá ser paga mediante prévia comunicação à Cedente e à Devedora.

2.8. Mediante o pagamento do Preço da Cessão, a Cedente dará à Securitizadora plena e geral quitação ao montante pago, valendo o comprovante da transferência bancária como comprovante de pagamento.

2.9. Nos termos do disposto no artigo 375 do Código Civil, tendo em vista que a captação dos recursos viabilizada por meio da emissão dos CRI visa prover o montante necessário para o desembolso dos Financiamentos Imobiliários à Devedora, a Securitizadora poderá compensar eventualmente valores devidos a ela ou a prestadores de serviços da operação pela Devedora contra quaisquer pagamentos devidos nos termos deste Contrato de Cessão, sendo tais valores descontados do desembolso dos Financiamentos Imobiliários.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E DO RECEBIMENTO DOS CRÉDITOS**

1. Os Créditos Imobiliários CCB representados pelas CCI passam, a partir desta data, a pertencer à Securitizadora, que ficará investida no direito de cobrar e receber da Devedora as prestações com vencimento a partir da presente data, assim como a exercer todos os direitos e ações que antes competiam à Cedente, observados os termos desta Cláusula.
2. Todo e qualquer pagamento dos Créditos Imobiliários CCB deverá ser realizado exclusiva e unicamente na Conta Centralizadora.
   * 1. Sendo assim a Devedora fica obrigada a realizar, a partir desta data, todos os pagamentos devidos sob as CCB diretamente na Conta Centralizadora.
     2. Para os fins do artigo 290 do Código Civil, o comparecimento da Devedora a este Contrato de Cessão serve como prova inequívoca de sua ciência a respeito da Cessão de Créditos.
3. Durante toda a vigência da operação de CRI, obriga-se a Cedente a transferir para a Conta Centralizadora todo e qualquer recurso que venham a receber diretamente da Devedora relacionados aos Créditos Imobiliários CCB em até 1 (um) Dia Útil de seu recebimento (“Prazo de Repasse”).

3.3.1. Até a devida transferência para a Conta Centralizadora, a Cedente será fiel depositária dos valores ora mencionados.

1. A Securitizadora instituirá o regime fiduciário de que trata a Lei 9.514 sobre a Conta Centralizadora e todos os recursos que nelas transitarem, incluindo os Créditos Imobiliários CCB, e só poderá lhes dar a destinação que lhes for atribuída neste Contrato de Cessão e no Termo de Securitização. Os Créditos Imobiliários CCB estão vinculados aos CRI, e serão computados e integrarão seu lastro até seu pagamento integral. Neste sentido, os Créditos Imobiliários CCB:
2. não estão sujeitos a qualquer tipo de retenção, desconto ou compensação com ou em decorrência de outras obrigações da Securitizadora com terceiros;
3. constituirão patrimônio separado, não se confundindo com o patrimônio da Securitizadora em nenhuma hipótese (“Patrimônio Separado”);
4. permanecerão segregados do patrimônio da Securitizadora até o pagamento integral dos CRI;
5. destinar-se-ão exclusivamente ao pagamento dos CRI a que estejam vinculados, bem como dos respectivos custos de sua administração;
6. estarão isentos de qualquer ação ou execução promovida por credores da Securitizadora; e
7. não poderão ser utilizados na prestação de garantias e não poderão ser excutidos por quaisquer credores da Securitizadora, por mais privilegiados que sejam, ressalvados aqueles credores previstos no artigo 76, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
8. A Securitizadora, na qualidade de beneficiária dos Créditos Imobiliários CCB, tem todas as prerrogativas e direitos referentes a sua cobrança e recebimento. No entanto, por mera liberalidade da Securitizadora, a qual poderá ser revogada a qualquer tempo nos termos deste instrumento, esta realizará apenas a administração ordinária e cobrança dos Créditos Imobiliários CCB.
9. Em razão da Cessão de Créditos, à Securitizadora é atribuído o direito de:
10. conservar e recuperar a posse das CCB contra qualquer terceiro que venha a ameaçá-la, inclusive a Cedente e a Devedora;
11. promover a intimação da Devedora, caso esta se torne inadimplente das obrigações assumidas por meio das CCB;
12. usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os Créditos Imobiliários CCB e exercer os demais direitos conferidos à Cedente nas CCB; e
13. receber diretamente da Devedora os Créditos Imobiliários CCB.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DINÂMICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELA SECURITIZADORA**

1. Considerando que a totalidade dos recursos oriundos dos Créditos Imobiliários CCB será recebida na Conta Centralizadora, e sua principal destinação é o pagamento dos CRI e manutenção de sua estrutura, a Securitizadora ficará incumbida de, com os recursos depositados na Conta Centralizadora, realizar os pagamentos devidos aos investidores dos CRI, os pagamentos aos prestadores de serviço do Patrimônio Separado, os pagamentos de custos e despesas de sua manutenção, e quaisquer valores residuais.

4.1.1. Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, a Securitizadora deverá utilizar recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados na Conta Centralizadora para realizar os pagamentos mencionados na Cláusula 4.1 acima, bem como da Ordem de Pagamentos abaixo.

1. A Securitizadora adotará o regime de caixa para apuração e utilização dos valores referentes aos Créditos Imobiliários CCB e Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados na Conta Centralizadora.
2. A Securitizadora utilizará os recursos recebidos de acordo com a seguinte ordem de pagamentos, prevista no Termo de Securitização (“Ordem de Pagamentos”):

1. Despesas do Patrimônio Separado;
2. Multa e juros de mora relacionados aos CRI, caso existam;
3. Remuneração dos CRI Sêniores;
4. Amortização Programada dos CRI Sêniores;
5. Remuneração dos CRI Subordinados;
6. Amortização Programada dos CRI Subordinados;
7. Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado dos CRI, observado o Termo de Securitização, em razão da antecipação de Créditos Imobiliários Totais;
8. Recomposição do Fundo de Reserva;
9. Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado dos CRI, de forma proporcional, para reenquadramento das Razões Mínimas de Garantia; e
10. Devolução do excedente à TC Operações, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

**CLÁUSULA QUINTA – GARANTIAS DA OPERAÇÃO**

1. Em contrapartida à efetivação da operação de captação de recursos aqui referida, é condição essencial da relação entre as Partes que não só os Créditos Imobiliários CCB sigam sua conformidade, como que garantias adicionais relacionadas aos projetos sejam outorgadas em benefício dos investidores dos CRI. As garantias aqui descritas foram negociadas pelas Partes de antemão, e sem sua existência a decisão de investimento pelos investidores seria prejudicada e a operação de captação não existiria.
2. Assim sendo, em garantia do pagamento de (i) todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora nas CCB, (ii) todas as obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora, (iii) obrigações de resgate, amortização e pagamentos dos juros conforme estabelecidos no Termo de Securitização, (iv) todos os custos e despesas incorridos em relação à emissão e manutenção das CCI e aos CRI, inclusive, mas não exclusivamente e para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários CCB e excussão das Garantias, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios dentro de padrão de mercado, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como (v) todo e qualquer custo incorrido pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário, e/ou pelos titulares dos CRI, inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado para arcar com tais custos (“Obrigações Garantidas”), observadas as limitações previstas nos Documentos da Operação, a Devedora e seus sócios concordaram em constituir as seguintes garantias (“Garantias”):
3. Cessão Fiduciária;
4. Alienação Fiduciária de Quotas;
5. Fundo de Reserva; e
6. Fundo de Obras.

5.2.1. A enunciação das Obrigações Garantidas acima não é exaustiva, sendo certo que a falta de menção específica neste instrumento, ou a inclusão de referida obrigação nesta definição não significa a exclusão da responsabilidade pelo seu cumprimento ou a não sujeição aos termos das Garantias, não podendo a Devedora se escusar ao cumprimento de qualquer uma das Obrigações Garantidas e retardar a execução das Garantias.

5.2.2. Em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas, a Securitizadora poderá, a seu exclusivo critério, executar quaisquer das Garantias, sem ordem de preferência e, caso oportuno, ao mesmo tempo.

5.2.3. As Garantias permanecerão válidas e eficazes até a integral satisfação e total liquidação das Obrigações Garantidas.

1. Cessão Fiduciária: Em garantia do fiel e cabal pagamento de todo e qualquer montante devido com relação às Obrigações Garantidas, mediante a implementação das condições estabelecidas no Contrato de Cessão Fiduciária, a TC Operações outorgará a Cessão Fiduciária à Securitizadora, nos termos do §3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 (“Lei nº 4.728”), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada (“Lei nº 10.931”), e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei nº 9.514”) e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e demais disposições legais aplicáveis, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, dos bens e direitos indicados abaixo, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições sendo objeto da Cessão Fiduciária os Créditos Cedidos Fiduciariamente.

5.3.1. O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser protocolado pela TC Operações para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo/SP, Cotia/SP e Goiânia/GO em até 5 (cinco) dias contados da data em que for celebrado. A TC Operações deverá apresentar à Securitizadora 1 (uma) via registrada do Contrato de Cessão Fiduciária em até 30 (trinta) dias contados da data em que realizar tal protocolo, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, em caso de exigências por parte do Cartório competente.

5.3.2. Para os fins da Emissão, atribui-se à Cessão Fiduciária o valor de R$36.236.975,06 (trinta e seis milhões duzentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e cinco reais e seis centavos), posicionado em 31 de maio de 2020 atribuído mediante o cálculo do valor presente dos Créditos da Cessão Fiduciária já constituídos, conforme Relatório do Servicer.

5.3.3. As demais disposições referentes à Cessão Fiduciária estarão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária.

1. Alienação Fiduciária de Quotas: Adicionalmente, e sem prejuízo das demais Garantias aqui previstas, para a garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas, os sócios da TC Operações, outorgam à Securitizadora a Alienação Fiduciária de Quotas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas.

5.4.1. Para os fins da Emissão, atribui-se à Alienação Fiduciária de Quotas o valor de R$ 6.635.450,00 (seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais), que corresponde ao valor do patrimônio líquido descontado dos empréstimos e financiamentos, conforme descrito nas demonstrações financeiras do exercício de 2019.

5.4.2. Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, será permitido aos sócios da TC Operações promover a redução de seu capital social, desde que previamente aprovado pela Securitizadora.

1. Fundo de Reserva: A Securitizadora manterá um fundo de reserva na Conta Centralizadora, no valor correspondente às 2 (duas) parcelas de juros e amortização dos CRI imediatamente vincendas (“Fundo de Reserva”).

5.5.1. A Devedora tem ciência e concorda que o Fundo de Reserva representa garantia de liquidez constituída em favor dos investidores para suprir eventos de falta de recursos para manutenção dos pagamentos dos CRI, pagamentos do Patrimônio Separado ou qualquer outra Obrigação Garantida. Sendo assim, não poderá a Devedora, em momento algum ou por qualquer motivo, escusar-se de cumprir suas obrigações da CCB ou deste Contrato de Cessão com base na existência de recursos no Fundo de Reserva, ou mesmo comandar a Securitizadora que utilize os recursos lá existentes e as considere adimplentes.

5.5.2. Os recursos depositados no Fundo de Reserva e na Conta Centralizadora integrarão o Patrimônio Separado e serão aplicados pela Securitizadora, na qualidade de administradora da Conta Centralizadora, em: **(i)** títulos de emissão do Tesouro Nacional; **(ii)** certificados e recibos de depósito bancário de emissão das seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. ou Banco Santander (Brasil) S.A., em ambos os casos com liquidez diária; e/ou **(iii)** em fundos de investimento com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, não sendo a Securitizadora responsabilizada por qualquer garantia mínima de rentabilidade ou eventual prejuízo (“Aplicações Financeiras Permitidas”).

5.5.3. Sempre que ocorrer o inadimplemento das Obrigações Garantidas, principalmente na forma da Ordem de Pagamentos, a Securitizadora poderá utilizar os recursos do Fundo de Reserva.

5.5.4. Toda vez que o Fundo de Reserva estiver descomposto, a Securitizadora poderá promover sua recomposição, com a notificação da Devedora e dos Avalistas ordenando que estes aportem os recursos faltantes dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da referida notificação.

1. Fundo de Obras: A Securitizadora está autorizada a constituir o Fundo de Obras no valor equivalente a R$ 2.275.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais), na forma da Cláusula Segunda, para a reforma de certas unidades dos Empreendimentos Alvo, conforme apontadas no Relatório de Medição.

5.6.1. A Devedora e a Securitizadora encomendaram, previamente à celebração deste instrumento, um relatório de evolução de obras (“Relatório de Medição”), fornecido por empresa especializada contratada pela Securitizadora e custeada pela Devedora (“Medidor de Obras”). Referido relatório, constante no Anexo V, serviu de base para determinar o valor inicial do Fundo de Obras, e servirá de “marco zero” para que futuros Relatórios de Medição possam medir a evolução das obras.

5.6.2. Conforme solicitado pela Devedora, o Medidor de Obras visitará o Empreendimento Imobiliário e fará um novo Relatório de Medição, que trará um comparativo de evolução das obras contra o Relatório de Medição imediatamente anterior. A Securitizadora fará a liberação de recursos do Fundo de Obras em valor correspondente à evolução constatada.

5.6.2.1. A Devedora tem ciência que as liberações de recursos do Fundo de Obras (i) serão feitas sempre sob a modalidade de “reembolso”, e (ii) considerarão os valores gastos pela Devedora e já aplicados nos Empreendimentos Imobiliários, e portanto já medidos (*i.e*. no caso da Devedora incorrerem em custos de matéria-prima ainda não instalada, estes custos não serão reembolsados até que haja instalação e correspondente medição).

5.6.2.2. As visitas do Medidor de Obras ocorrerão mesmo em meses que, por qualquer que seja o motivo, as obras tiverem evoluído pouco ou nada, hipótese em que será solicitado à Devedora informações sobre o ocorrido, as quais constarão do Relatório de Medição.

5.6.3. Caso os custos de obras venham, num dado Relatório de Medição, a superar o estimado na constituição do Fundo de Obras ou a superar o valor remanescente no Fundo de Obras, a diferença a maior deverá ser arcada pela Devedora, de modo que futuras liberações do Fundo de Obras não considerarão tal diferença (*i.e*. num cenário de evolução de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e diferença para a Devedora de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a próxima liberação corresponderá a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)).

5.6.4. Enquanto a totalidade das séries de CRI não tiver sido integralizada e o Fundo de Obras não tiver sido integralmente constituído, o valor retido no Fundo de Obras, para fins dos cálculos das Cláusulas 5.6.2 e 5.6.3 acima, será somado aos valores de Fundo de Obras que serão subtraídos do Preço de Cessão devido à Devedora, conforme Anexo II.

5.6.5. Os recursos do Fundo de Obras serão aplicados pela Securitizadora, na qualidade de administradora da Conta Centralizadora, em Aplicações Financeiras Permitidas, sendo que quaisquer rendimentos decorrentes destes investimentos integrarão automaticamente o Fundos de Obras.

5.6.6. Após a conclusão das obras, eventuais recursos remanescentes no Fundo de Obras, incluindo os rendimentos, líquidos de eventuais retenções de impostos, decorrentes das Aplicações Financeiras Permitidas, serão liberados para a Devedora na forma da Ordem de Pagamentos.

1. Disposições Comuns às Garantias:Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias. Na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas, a Securitizadora poderá, a seu exclusivo critério, executar uma ou mais Garantias, simultaneamente ou não, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas, de acordo com a conveniência da Securitizadora, em benefício dos investidores dos CRI, ficando ainda estabelecido que, desde que observados os procedimentos previstos neste Contrato de Cessão, a excussão das Garantias independerá de qualquer providência preliminar por parte da Securitizadora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza. A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais.

5.7.1. Todas as Garantias referidas nesta Cláusula são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

5.7.2. Correrão por conta da Devedora todas as despesas direta ou indiretamente incorridas pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário, para (i) a excussão, judicial ou extrajudicial, das Garantias; (ii) o exercício de qualquer outro direito ou prerrogativa previsto nas Garantias; (iii) formalização das Garantias; e (iv) pagamento de todos os tributos que vierem a incidir sobre as Garantias ou seus objetos. No caso de contratação de escritório de advocacia para que a Securitizadora possa fazer valer seus direitos, será contratado escritório de renome, de notório reconhecimento nacional e reputação idônea, a ser verificada junto às comissões de ética da Ordem dos Advogados do Brasil, além de notável formação acadêmica, vasta experiência e reconhecida capacidade de execução do trabalho indicado pela Securitizadora.

5.7.3. Caso, após a aplicação dos recursos advindos da excussão de Garantias no pagamento das Obrigações Garantidas, seja verificada a existência de saldo devedor remanescente, a Devedora permanecerá responsável pelo pagamento deste saldo, o qual deverá ser imediatamente pago nos termos previstos no §2º do artigo 19 da Lei 9.514.

5.7.4. Os recursos que, ao contrário, sobejarem, deverão ser liberados em favor da Devedora, na Conta Autorizada da Devedora, nos termos do artigo 19, inciso IV, da Lei 9.514, na forma da Ordem de Pagamentos.

5.7.5. Na forma estipulada na Cláusula 11.11 do Termo de Securitização, a Securitizadora e o Agente Fiduciário poderão tomar todas as medidas necessárias para avaliar o valor das Garantias frente às Obrigações Garantidas, solicitando à Devedora todos os documentos necessários para tanto, os quais deverão ser repassados em até 15 (quinze) dias de seu pedido, em prazo razoável para sua obtenção.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ANTECIPADO VOLUNTÁRIO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO DAS CCB E DA ANTECIPAÇÃO DO TÉRMINO DA OPERAÇÃO**

1. A operação de captação de recursos por meio de emissão dos CRI poderá ter seu término antecipado em razão da vontade da Devedora, do vencimento antecipado das CCB, ou de outras hipóteses usualmente consideradas pelo mercado de capitais para vencimento antecipado de operações semelhantes a esta. Estas hipóteses são previstas nas CCB, em adição às hipóteses previstas em lei, notadamente no Código Civil.

1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado definidos nas CCB, a Securitizadora convocará uma Assembleia dos Titulares dos CRI para deliberar sobre a exigência do pagamento do Valor de Liquidação das CCB por Vencimento Antecipado, podendo, no entanto, na impossibilidade de realização da Assembleia dos Titulares do CRI, por falta de quórum para instalação e/ou deliberação, ou caso haja risco de perecimento imediato do direito, exigir o imediato pagamento do Valor de Liquidação das CCB por Vencimento Antecipado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA MULTA INDENIZATÓRIA**

1. Caso a legitimidade, existência, validade, eficácia ou exigibilidade dos Créditos Imobiliários CCB seja prejudicada, no todo ou em parte, ou a ilegitimidade, inexistência, invalidade, ineficácia ou inexigibilidade dos Créditos Imobiliários CCB seja reconhecida em decisão judicial ou arbitral com base na invalidação, nulificação, anulação, declaração de ineficácia, resolução, rescisão, resilição, denúncia, total ou parcial, das CCB, de modo que não seja cabível a decretação de seu vencimento antecipado, a Devedora e os Avalistas se obrigam, desde logo, em caráter irrevogável e irretratável, a pagar à Securitizadora uma multa que será equivalente ao Valor de Liquidação das CCB por Vencimento Antecipado acrescido de eventuais valores decorrentes de multa, indenização, devolução dos Créditos Imobiliários CCB que afetem a Securitizadora (“Multa Indenizatória”).

7.1.1. A Devedora e/ou os Avalistas deverão notificar a Securitizadora da ocorrência de quaisquer das hipóteses descritas acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que qualquer delas tiver chegado ao seu conhecimento.

7.1.2. A Multa Indenizatória será paga no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento, pela Devedora e/ou pelos Avalistas, de simples notificação por escrito a ser enviada pela Securitizadora com cópia para o Agente Fiduciário, noticiando a ocorrência do evento aqui previsto.

7.1.3. Os pagamentos recebidos pela Securitizadora a título de Multa Indenizatória, deverão ser creditados na Conta Centralizadora e aplicados única e exclusivamente à liquidação das CCB e, consequentemente, ao pagamento dos CRI, no pagamento das Despesas Recorrentes e demais obrigações do Patrimônio Separado, conforme previsto no Termo de Securitização.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES, COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES**

1. Cada uma das Partes declara e garante, individualmente, às demais Partes que:
2. possui plena capacidade e legitimidade para celebrar o presente Contrato de Cessão, realizar todos os negócios jurídicos aqui previstos e cumprir todas as obrigações aqui assumidas, tendo tomado todas as medidas de natureza societária e outras eventualmente necessárias para autorizar a sua celebração, implementar todas as operações nele previstas e cumprir todas as obrigações nele assumidas;
3. este Contrato de Cessão é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível, de acordo com os seus termos;
4. a celebração deste Contrato de Cessão e o cumprimento de suas obrigações (i) não violam qualquer disposição contida em seus documentos societários; (ii) não violam qualquer lei, regulamento, decisão judicial, administrativa ou arbitral, aos quais esteja vinculada; e (iii) não exigem qualquer outro consentimento, ação ou autorização de qualquer natureza;
5. a celebração deste Contrato de Cessão e o cumprimento das obrigações nele estabelecidas não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial (i) de quaisquer contratos ou instrumentos dos quais as respectivas Partes, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou sob controle comum, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade, ou (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que as respectivas Partes, suas pessoas controladas, coligadas, ou controladoras, diretas ou indiretas, ou sob controle comum, ou qualquer bem ou direito de propriedade estejam sujeitos;
6. está apta a cumprir as obrigações previstas neste Contrato de Cessão e agirá em relação a eles de boa-fé, probidade e com lealdade;
7. não se encontram, tampouco seus representantes legais e/ou mandatários que assinam este Contrato de Cessão, em estado de necessidade e/ou sob coação para celebrar este Contrato de Cessão e/ou quaisquer contratos e /ou compromissos a ele relacionados e/ou tem urgência de contratar;
8. as discussões sobre o objeto contratual deste Contrato de Cessão foram feitas, conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa;
9. foi informada e avisada de todas as condições e circunstâncias envolvidas na negociação objeto deste Contrato de Cessão e que poderiam influenciar sua capacidade de expressar sua vontade e foi assistida por assessores legais na sua negociação;
10. os representantes legais e/ou mandatários que assinam este Contrato de Cessão, têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir as obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão; e
11. a cessão dos Créditos Imobiliários CCB, nos termos deste Contrato de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre a Cedente e a Securitizadora.
12. A Cedente declara ainda que:
13. não se encontra impedida de realizar a Cessão de Créditos, a qual inclui, de forma integral, todos os direitos, ações e prerrogativas dos Créditos Imobiliários CCB assegurados à Cedente nos termos das CCB;
14. as CCB foram celebradas em relações contratuais regularmente constituídas, válidas e eficazes, sendo absolutamente verdadeiros todos os termos e valores neles indicados;
15. conhece e aceita os termos da captação de recursos por meio da emissão pública dos CRI, conforme previsto no Termo de Securitização, os quais terão como lastro os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI;
16. se responsabiliza pela existência, validade, eficácia e exequibilidade dos Créditos Imobiliários CCB; e
17. os Créditos Imobiliários CCB são de sua legítima e exclusiva titularidade, e encontrar-se-ão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames e/ou restrições de qualquer natureza, pessoal e/ou real, não sendo do conhecimento da Cedente a existência de qualquer fato, até a presente data, que impeça, restrinja, e/ou possa vir a impedir e/ou restringir, o seu direito em celebrar esse Contrato de Cessão.
18. A Devedora declara ainda que:
19. conhece e aceita os termos da captação de recursos por meio da emissão pública dos CRI, conforme previsto no Termo de Securitização, os quais terão como lastro os Créditos Imobiliários CCB, representados pelas CCI; e
20. exceto conforme apontado no Relatório de Auditoria Jurídica, atesta a inexistência de ações, processos, débitos fiscais, previdenciários ou de qualquer outra natureza envolvendo a Devedora ou seus sócios que possam afetar o cumprimento de quaisquer obrigações constantes dos Documentos da Operação, incluindo a constituição das Garantias.
21. A Securitizadora, neste ato, declara e garante à Cedente, sob as penas da lei, que os Créditos Imobiliários CCB, representados pelas CCI, e os direitos e prerrogativas a estes vinculados destinam-se, única e exclusivamente, a compor o lastro dos CRI.
22. As Partes comprometem-se a, caso qualquer das declarações prestadas acima sejam alteradas, durante todo o prazo de vigência do presente Contrato de Cessão, do Termo de Securitização, do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão da CCI e dos demais Documentos da Operação ora previstos e/ou que venham a ser celebrados, a comunicar a Securitizadora e as outras Partes imediatamente.
23. As Partes responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos e danos morais, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes da prestação de declarações falsas, imprecisas ou incorretas no âmbito do presente Contrato de Cessão, ou de situações em que a imagem de uma seja afetada em razão de conduta da outra. A obrigação de indenizar estabelecida nesta Cláusula permanecerá em vigor mesmo após o término deste Contrato de Cessão.
24. Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas neste instrumento, a Devedora obriga-se a prestar todas e quaisquer informações necessárias para comprovar a utilização dos recursos.

**CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE PAGAMENTO E DA MORA**

1. Todos os pagamentos devidos nos termos deste Contrato de Cessão deverão ser feitos em moeda corrente nacional e em recursos imediatamente disponíveis, da seguinte forma:
2. se devidos à Devedora, por meio da realização de depósito de recursos imediatamente disponíveis, por sua conta e ordem, na Conta Autorizada da Devedora; e
3. se devidos à Securitizadora, por meio da realização de depósito de recursos imediatamente disponíveis na Conta Centralizadora.
4. O pagamento devido às Partes que não seja efetuado na Conta Autorizada da Devedora ou na Conta Centralizadora, conforme o caso, será considerado como não realizado.
5. Todos os pagamentos que as Partes devam efetuar uma à outra nos termos deste Contrato de Cessão deverão ser feitos pelo seu valor líquido de quaisquer taxas ou contribuições que incidam ou venham incidir sobre tais pagamentos, de tal modo que as Partes deverão reajustar os valores de quaisquer pagamentos devidos para que, após quaisquer deduções ou retenções, seja depositado na Conta Autorizada da Devedora ou na Conta Centralizadora, conforme aplicável, o mesmo valor de pagamento que teria sido depositado caso não tivessem ocorrido referidas deduções ou retenções.
6. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato de Cessão caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora de tal parte, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:
7. juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; e
8. multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO DE CAPTAÇÃO**

1. Quando do pagamento da integralidade das Obrigações Garantidas, inclusos os pagamentos aos investidores dos CRI e as despesas do Patrimônio Separado, seja por meio do Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB, do Valor de Liquidação das CCB por Vencimento Antecipado, do pagamento da Multa Indenizatória, ou pela completa amortização dos CRI, situações que serão constatadas por meio da emissão do termo de quitação pelo Agente Fiduciário previsto no Termo de Securitização (“Quitação do Agente Fiduciário”), as Garantias serão liberadas e quaisquer valores que sobejarem na Conta Centralizadora serão transferidos à Devedora, observados os procedimentos abaixo.

10.1.1. A Securitizadora e a Devedora celebrarão instrumento de liberação das Garantias e quitação das obrigações devidas de parte a parte: **(i)** no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis a contar do recebimento, pela Securitizadora, da Quitação do Agente Fiduciário; e **(ii)** procederão aos registros cartoriais competentes para tal instrumento, às expensas da Devedora.

10.1.2. Após o recebimento da Quitação do Agente Fiduciário, a Securitizadora fica obrigada, ainda, a transferir para a Conta Autorizada da Devedora, no prazo de até 60 (sessenta) dias, todo e qualquer recurso remanescente na Conta Centralizadora, incluindo valores advindos do Fundo de Reserva e das Aplicações Financeiras Permitidas, líquidos de eventuais Despesas Recorrentes remanescentes incorridas e a incorrer.

10.1.3. Após o recebimento da Quitação do Agente Fiduciário, a Securitizadora fica obrigada, ainda, a transferir para a conta corrente nº 13058-8, agência nº 1011, mantida pela TC Operações junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., no prazo de até 60 (sessenta) dias, todo e qualquer recurso remanescente na Conta Centralizadora, incluindo valores advindos do Fundo de Reserva e das Aplicações Financeiras Permitidas, líquidos de eventuais Despesas Recorrentes remanescentes incorridas e a incorrer. Novos eventuais recebimentos de recursos oriundos do pagamento dos Créditos Imobiliários Totais serão apurados semanalmente pela Securitizadora, e deverão ser repassados à conta corrente de titularidade da TC Operações acima referida, em até 2 (dois) Dias Úteis da semana seguinte à apuração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NOTIFICAÇÕES**

1. Todas as comunicações entre as Partes serão consideradas válidas a partir do seu recebimento, com aviso de recebimento, nos endereços constantes abaixo, ou em outro que as Partes venham a indicar, por escrito, durante a vigência deste Contrato de Cessão.

*(a) se para a Securitizadora:*

**Forte Securitizadora S.A.**

Rua Fidêncio Ramos, 213, conj. 41, Vila Olímpia

São Paulo – SP, CEP 04551-010

At.: Sr. Rodrigo Ribeiro

Telefone: (11) 4118-0640

E-mail: gestao@fortesec.com.br

*(b) se para a Cedente:*

**COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP**,

Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta,

Porto Alegre - RS, CEP 90560-002

At.: Sr. Luis Felipe C. Carchedi

Telefone: (51) 3515-6201

E-mail: operacional@chphipotecaria.com.br

*(c) se para a Devedora:*

**GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**

Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514

Goiânia - GO, CEP: 74280-070

At.: Tiago Soeiro

Telefone: (71) 99939-3338

E-mail: tiago.soeiro@grgroup.org

*(c) se para os Avalistas*

**WINSTON COSTA REZENDE**

Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514

Goiânia - GO, CEP: 74280-070

Telefone: (62) 99973-0509

E-mail: winstonwgr@gmail.com

**GUSTAVO GORNERO REZENDE**

Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514

Goiânia - GO, CEP: 74280-070

Telefone: (62) 99973-0503

E-mail: gustavo@grgroup.org

**RODOLFO GORNERO REZENDE**

Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514

Goiânia - GO, CEP: 74280-070

Telefone: (62) 99956-4271

E-mail: rodolfo@grgroup.org

**FILIPE GORNERO REZENDE**

Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514

Goiânia - GO, CEP: 74280-070

Telefone: (62) 99929-2505

E-mail: filipe@grgroup.org

1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou por correio eletrônico quando do envio da mensagem eletrônica, nos endereços mencionados neste Contrato de Cessão. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem, quando assim solicitado. Cada Parte deverá comunicar às outras a mudança de seu endereço, ficando responsável a Parte que não receba quaisquer comunicações em virtude desta omissão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DESPESAS**

1. As despesas abaixo listadas, desde que justificadas e comprovadamente relacionadas à operação, correrão por conta exclusiva da Devedora:
2. Despesas Flat do Anexo III e as despesas de manutenção do Patrimônio Separado indicadas no Anexo IV (“Despesas Recorrentes”);
3. averbações e transferências em cartório de registro de títulos e documentos e/ou juntas comerciais e registros de imóveis, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes;
4. registro das CCI na B3 – Segmento CETIP UTVM e seus respectivos emolumentos, bem como as demais despesas relacionadas à liquidação das CCI, incluindo contratação de instituição financeira liquidante das CCI;
5. as despesas do patrimônio separado do CRI, tal como definidas no Termo de Securitização;
6. excussão de garantias e todos os custos, emolumentos, tributos e despesas relacionadas;
7. os honorários, despesas e custos de terceiros especialistas, advogados, contadores, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridos para atender as exigências impostas pela CVM às companhias abertas e securitizadoras, para resguardar os interesses dos titulares dos CRI, e para realização dos créditos do Patrimônio Separado, inclusive quanto à sua contabilização e auditoria financeira, devendo comunicar a Cedente previamente;
8. a totalidade das despesas de cobrança bancária;
9. a totalidade das despesas de viagem e locomoção de qualquer agente envolvido na Emissão, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes;
10. a totalidade de qualquer tipo de tributo que venha incidir sobre a Emissão, exceto aqueles cujo responsável tributário sejam os titulares dos CRI;
11. a totalidade dos custos e despesas decorrentes do registro dos CRI, da manutenção da operação de captação e da contratação de seus prestadores de serviços; e
12. despesas incorridas com a cobrança dos Créditos Imobiliários CCB.
13. Todas as despesas relacionadas à emissão dos CRI serão suportadas exclusivamente pela Devedora, com exceção das despesas elencadas no item 14.1, do Termo de Securitização, de responsabilidade da Securitizadora, que as pagará com recursos da Conta Centralizadora.
14. Caso a Securitizadora venha a arcar com quaisquer despesas devidas pela Devedora nos termos deste Contrato de Cessão, a Securitizadora poderá solicitar o reembolso de tais despesas, o qual deverá ser realizado dentro de um prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva solicitação pela Securitizadora, desde que acompanhada dos comprovantes do pagamento de tais despesas.

12.3.1. Caso não realizado o reembolso, os custos serão descontados diretamente da Conta Centralizadora, responsabilizando-se a Devedora por eventuais prejuízos que tal desconto venha causar aos investidores titulares dos CRI.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA TUTELA ESPECÍFICA**

1. As obrigações de fazer e de não fazer previstas neste Contrato de Cessão serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou em prazo específico justificadamente indicado na referida notificação, de forma a possibilitar o cumprimento da obrigação pela Parte prejudicada, sempre contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte prejudicada. Será facultada à Parte prejudicada, ainda, a adoção das medidas judiciais necessárias, tais como (a) tutela específica ou (b) obtenção do resultado prático equivalente, por meio da tutela específica a que se refere o artigo 497 do o Código de Processo Civil, além de ressarcimento de danos morais e patrimoniais.
2. Caso alguma das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato de Cessão e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 300 e seus parágrafos, combinado com o artigo 301, do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida.
3. As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no item 13.2, acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. As Partes reconhecem que o presente Contrato de Cessão constitui título executivo extrajudicial, inclusive para fins e efeitos dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil.
2. Em nenhuma hipótese o Cedente será responsável pelos riscos, custos e ônus relativos às demandas ou processos judiciais relacionados à presente cessão, aos Créditos Imobiliários, à CCB ou, ainda, à constituição da Alienação Fiduciária de Imóveis, sendo certo que tal ausência de responsabilidade do Cedente deverá ser informada pela Cessionária em seus materiais da oferta a investidores. Nas demandas ou processos judiciais em face da Cessionária e/ou do Cedente, fica convencionado que a Cessionária será a única responsável por conduzir as defesas relativas a essas demandas ou processos, buscando a exclusão, quando possível, do Cedente do polo passivo das ações intentadas contra este último e buscando a inclusão, no polo passivo da demanda, da parte responsável pela existência ou fato gerador da demanda.
3. Qualquer alteração ao presente Contrato de Cessão somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada pelas Partes, e deverá ser encaminhada para averbação no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo/SP no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis. Não obstante, após a emissão dos CRI, este Contrato de Cessão e/ou os demais Documentos da Operação somente poderão ser alterados mediante anuência dos titulares dos CRI em circulação, observados os quóruns estabelecidos no Termo de Securitização, não sendo, entretanto, necessária a anuência dos titulares dos CRI em circulação sempre que tal alteração (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares, bem como de demandas das entidades administradoras de mercados organizados ou de entidades autorreguladoras, (ii) decorrer da substituição ou da aquisição de novos créditos imobiliários pela Securitizadora; (iii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da Securitizadora ou dos prestadores de serviços, (iv) envolver redução da remuneração dos prestadores de serviço da operação; (v) decorrer de correção de erro formal, esclarecimento de redações, ou quando verificado erro de digitação, e desde que a alteração não acarrete qualquer alteração na remuneração, no fluxo de pagamentos e nas garantias dos CRI; e (vi) se destinar ao ajuste de disposições que já estejam previamente estipuladas em tais instrumentos, para fins de atualização ou consolidação.

14.3.1. Após aperfeiçoada a cessão dos Créditos Imobiliários CCB, a celebração de quaisquer aditamentos às CCB não dependerá da interveniência da Cedente, desde que tais alterações não afetem ou venham a afetar a mesma, principalmente se acarretar incidência ou aumento do IOF.

1. Todas e quaisquer despesas que sejam incorridas pela Securitizadora em virtude de aditamentos ao presente Contrato de Cessão e/ou aos demais instrumentos referentes à emissão dos CRI serão de responsabilidade da Devedora, podendo a Securitizadora exigir o adiantamento de tais despesas como condição de formalização dos referidos aditamentos.
2. Quaisquer alterações nos Documentos da Operação ensejadas ou requeridas pela Cedente ou pela Securitizadora, que demandem convocação de Assembleia dos Titulares dos CRI ou aditamento ao Termo de Securitização, inclusive, mas não se limitando a substituição ou modificações das garantias dos CRI ou das condições da emissão dos CRI, deverão ser realizadas às exclusivas expensas da Devedora, que deverá providenciar todos os registros e averbações necessários no prazo assinalado nos instrumentos que ensejarem tais alterações, bem como arcar com todos os custos decorrentes da formalização das alterações, inclusive aqueles relativos a honorários advocatícios devidos ao assessor legal escolhido a critério da Securitizadora, acrescido das despesas e custos devidos a tal assessor, bem como uma comissão de estruturação adicional, em valor equivalente a R$ 600,00(seiscentos reais) por hora de trabalho dos profissionais da Securitizadora, corrigidos a partir da data da emissão dos CRI pelo mesmo indexador da atualização monetária dos CRI.
3. As Partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título, observadas as Condições Precedentes, respondendo a Parte que descumprir qualquer de suas cláusulas, termos ou condições pelos prejuízos, perdas e danos a que der causa, na forma da legislação aplicável.
4. Os anexos a este Contrato de Cessão são partes integrantes e inseparáveis. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão e seus anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão.
5. Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato de Cessão (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente excluídos; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O fato de uma das Partes deixar de exigir o cumprimento de qualquer das disposições ou de quaisquer direitos relativos a este Contrato de Cessão ou não exercer quaisquer faculdades aqui previstas não será considerado uma renúncia a tais disposições, direitos ou faculdades, não constituirá novação e não afetará de qualquer forma a validade deste Contrato de Cessão.
6. Se qualquer disposição deste Contrato de Cessão for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão envidar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Cessão.
7. Este Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre elas, anteriores à presente data.
8. As Partes declaram que o presente Contrato de Cessão integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a celebração, além deste Contrato de Cessão, os demais Documentos da Operação, razão por que nenhum dos Documentos da Operação poderá ser interpretado e/ou analisado isoladamente.
9. Para os fins deste Contrato de Cessão, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.
10. As Partes deverão manter a confidencialidade de todas as informações advindas desta relação contratual, que estejam fora do domínio público, ou seja, daquelas que terceiros não teriam acesso a menos que divulgadas pelas mesmas. As informações confidenciais poderão ser reveladas somente (i) em cumprimento às disposições legais, determinações judiciais ou aos despachos das entidades competentes, (ii) em cumprimento a um requerimento de um órgão público ou de uma entidade reguladora do governo, (iii) a fim de defender qualquer das Partes de alegações de violação dos direitos de terceiros ou para proteger os interesses e o bom nome de qualquer das Partes ou de terceiros, (iv) a fim de identificar e sanar problemas técnicos, (v) a fim de dar cumprimento às cláusulas e condições ajustadas nos Documentos da Operação, ou (vi) no âmbito do fornecimento de informações a investidores interessados na aquisição dos CRI, sempre no intuito de suportar sua tomada de decisão.
11. Assinatura Digital: As Partes concordam que, nos termos da “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica”, segundo garantias de livre mercado, conforme previsto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conforme alterada, bem como da Medida Provisória 2.200- 2/2001, este instrumento poderá ser firmado de maneira digital por todas os sues signatários. Para este fim, serão utilizados serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança da assinatura digital por meio da sistemas de certificação capazes de validar a autoria de assinatura eletrônica, bem como de traçar a “trilha de auditoria digital” (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade. Dessa forma, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa), de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste instrumento, incluindo, mas não apenas, para cumprimento de Condições Precedentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ARBITRAGEM**

1. As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver por meio de negociação amigável qualquer controvérsia relacionada a este Contrato de Cessão de Créditos.

15.1.1. A constituição, a validade e interpretação deste Contrato de Cessão de Créditos, incluindo da presente cláusula de resolução de conflitos, serão regidos de acordo com as leis substantivas da República Federativa do Brasil vigentes na data de assinatura deste instrumento. Fica expressamente proibida e renunciada pelas Partes a aplicação de equidade e/ou de quaisquer princípios e regras não previstas pelas leis substantivas acima mencionadas.

1. Todo litígio ou controvérsia originário ou decorrente do presente Contrato de Cessão será definitivamente decidido por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de1996, conforme alterada (“Lei 9.307”).

15.2.1. A arbitragem será administrada pela Câmara de Arbitragem Empresarial do Brasil – CAMARB (“Câmara”), cujo regulamento (“Regulamento”) as Partes adotam e declaram conhecer.

15.2.2. As especificações dispostas neste Contrato de Cessão têm prevalência sobre as regras do Regulamento da Câmara acima indicada.

15.2.3. A Parte que, em primeiro lugar, der início ao procedimento arbitral deve manifestar sua intenção à Câmara, indicando a matéria que será objeto da arbitragem, o seu valor e o(s) nomes(s) e qualificação(ões) completo(s) da(s) parte(s) contrária(s) e anexando cópia deste Contrato de Cessão. A mencionada correspondência será dirigida ao presidente da Câmara, através de entrega pessoal ou por serviço de entrega postal rápida.

15.2.4. A controvérsia será dirimida por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento, competindo ao presidente da Câmara indicar árbitros e substitutos no prazo de 5 (cinco) dias, caso as Partes não cheguem a um consenso, a contar do recebimento da solicitação de instauração da arbitragem, através da entrega pessoal ou por serviço de entrega postal rápida.

15.2.5. Os árbitros ou substitutos indicados firmarão o termo de independência, de acordo com o disposto no artigo 14, § 1º, da Lei nº 9.307/96, considerando a arbitragem instituída.

15.2.6. A arbitragem processar-se-á na Cidade de São Paulo – SP, o idioma utilizado será o Português Brasileiro (pt-BR) e os árbitros decidirão de acordo com as regras de direito.

15.2.7. A sentença arbitral será proferida no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do termo de independência pelo árbitro e substituto.

15.2.8. A Parte que solicitar a instauração da arbitragem arcará com as despesas que devam ser antecipadas e previstas na tabela de custas da Câmara. A sentença arbitral fixará os encargos e as despesas processuais que serão arcadas pela parte vencida.

15.2.9. A sentença arbitral será espontânea e imediatamente cumprida em todos os seus termos pelas Partes.

15.2.10. As Partes envidarão seus melhores esforços para solucionar amigavelmente qualquer divergência oriunda deste Contrato de Cessão, podendo, se conveniente a todas as Partes, utilizar procedimento de mediação.

15.2.11. Não obstante o disposto nesta cláusula, cada uma das Partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia a arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas Partes, e (iii) executar qualquer decisão da Câmara, inclusive, mas não exclusivamente, do laudo arbitral. Na hipótese de as Partes recorrerem ao Poder Judiciário, o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, será o único competente para conhecer de qualquer procedimento judicial, renunciando expressamente as Partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

15.2.12. De modo a otimizar e a conferir segurança jurídica à resolução dos conflitos prevista nesta cláusula, relativos a procedimentos de arbitragem oriundos e/ou relacionados a outros contratos firmados pelas Partes relativos à operação e desde que solicitado por qualquer das Partes no procedimento de arbitragem, a Câmara deverá consolidar o procedimento arbitral instituído nos termos desta cláusula com qualquer outro em que participe qualquer uma das Partes e/ou que envolvam ou afetem de qualquer forma o presente Contrato de Cessão, incluindo mas não se limitando a procedimentos arbitrais oriundos dos demais Documentos da Operação, desde que a Câmara entenda que: (i) existam questões de fato ou de direito comuns aos procedimentos que tornem a consolidação dos processos mais eficiente do que mantê-los sujeitos a julgamentos isolados; e (ii) nenhuma das Partes no procedimento instaurado seja prejudicada pela consolidação, tais como, dentre outras, um atraso injustificado ou conflito de interesses.

15.2.13. As disposições constantes nesta cláusula de resolução de conflitos são consideradas independentes e autônomas em relação ao Contrato de Cessão, de modo que todas as obrigações constantes nesta cláusula devem permanecer vigentes, ser respeitadas e cumpridas pelas Partes, mesmo após o término ou a extinção do Contrato de Cessão por qualquer motivo ou sob qualquer fundamento, ou ainda que o Contrato de Cessão, no todo ou em Parte, venha a ser considerado nulo ou anulado.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 05 de agosto de 2020.

*[O final da página foi intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura]*

*(Página de assinaturas 01/02 do Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado em 05 de agosto de 2020, entre a Companhia Hipotecária Piratini – CHP, a Forte Securitizadora S.A., a GR - Gornero e Rezende Construtora e Incorporadora Ltda., Winston Costa Rezende, Gustavo Gornero Rezende, Rodolfo Gornero Rezende e Filipe Gornero Rezende)*

COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP

Cedente

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

FORTE SECURITIZADORA S.A.

Securitizadora

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Devedora

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: |  | Nome:  Cargo: |

|  |
| --- |
| **WINSTON COSTA REZENDE**  *Avalista* |

|  |
| --- |
| **LUZIA ROZANA GORNERO REZENDE**  *Cônjuge* |

*(Página de assinaturas 02/02 do Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado em 05 de agosto de 2020, entre a Companhia Hipotecária Piratini – CHP, a Forte Securitizadora S.A., a Gornero e Rezende Construtora e Incorporadora Ltda., Winston Costa Rezende, Gustavo Gornero Rezende, Rodolfo Gornero Rezende e Filipe Gornero Rezende)*

|  |
| --- |
| **GUSTAVO GORNERO REZENDE**  *Avalista* |

|  |
| --- |
| **NATASHA MALASPINA REZENDE**  *Cônjuge* |

|  |
| --- |
| **RODOLFO GORNERO REZENDE**  *Avalista* |

|  |
| --- |
| **FILIPE GORNERO REZENDE**  *Avalista* |

|  |
| --- |
| **PAULA DIAS PINTO REZENDE**  *Cônjuge* |

**Testemunhas:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  RG:  CPF: |  | Nome:  RG:  CPF: |

**ANEXO I**

**DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS CCB**

|  |  |
| --- | --- |
| **CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4307** | **DATA DE EMISSÃO**: 05 de agosto de 2020 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SÉRIE** | 1 | **NÚMERO** | 4307 | **TIPO DE CCI** | **INTEGRAL** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. EMISSORA** | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL: **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP** | | | | | |
| CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50 | | | | | |
| ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta | | | | | |
| COMPLEMENTO | - | CIDADE | Porto Alegre | UF | RS |

|  |
| --- |
| **2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE** |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002. |

|  |
| --- |
| **3. DEVEDORA** |
| **GR – GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45. |

|  |
| --- |
| **4. TÍTULO** |
| Cédula de Crédito Bancário nº 81500034-0, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo. |

|  |
| --- |
| **5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:** R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**   | **Empreendimento** | **Localização** | **Matrícula** | **Cartório de Registro de Imóveis** | **Tipo** | | --- | --- | --- | --- | --- | | VILLAGE PRATAGY RESORT | Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600 | 106 | 3º Registro Geral de Imóveis Maceió | Empreendimento Hoteleiro | | LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS | R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000 | 28.409 | Ofício dos Registros Públicos de Gramado | Empreendimento Hoteleiro | | CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE | Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170 | 33667 a 33676; 34982 a 34991; | Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu | Empreendimento Hoteleiro | | VILA DO MAR | Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700 | 14.120 | 3ºOfício de Notas de Natal | Empreendimento Hoteleiro | | BARRETOS | Barretos/SP | 72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974 | Registro de Imóveis de Barretos/SP | Empreendimento Hoteleiro | | WGR – OLÍMPIA | Olímpia/SP | 51.591 | Registro de Imóveis de Olímpia/SP | Empreendimento Hoteleiro | |

|  |  |
| --- | --- |
| **7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO** |  |
| 7.1. PRAZO TOTAL | 48 (quarenta e oito) meses |
| 7.2. VALOR DE PRINCIPAL | R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA. |
| 7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB. |
| 7.4. REMUNERAÇÃO | 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano |
| 7.5. DATA DE EMISSÃO | 05 de agosto de 2020 |
| 7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL | 18/07/2024 |
| 7.7. PRÉ-PAGAMENTO | Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da “Seção IV – Condições da Operação” da CCB. |
| 7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS: | Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo *pro rata die*, se necessário. |
| 7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO | Mensal |
| 7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO | 18 de agosto de 2020 |
| 7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO | 18 de julho de 2024 |
| 7.12. GARANTIA | Aval dos Avalistas. |

|  |  |
| --- | --- |
| **CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4308** | **DATA DE EMISSÃO**: 05 de agosto de 2020 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SÉRIE** | 1 | **NÚMERO** | 4308 | **TIPO DE CCI** | **INTEGRAL** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. EMISSORA** | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL: **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP** | | | | | |
| CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50 | | | | | |
| ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta | | | | | |
| COMPLEMENTO | - | CIDADE | Porto Alegre | UF | RS |

|  |
| --- |
| **2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE** |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002. |

|  |
| --- |
| **3. DEVEDORA** |
| **GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45. |

|  |
| --- |
| **4. TÍTULO** |
| Cédula de Crédito Bancário nº 81500035-9, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo. |

|  |
| --- |
| **5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:** R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**   | **Empreendimento** | **Localização** | **Matrícula** | **Cartório de Registro de Imóveis** | **Tipo** | | --- | --- | --- | --- | --- | | VILLAGE PRATAGY RESORT | Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600 | 106 | 3º Registro Geral de Imóveis Maceió | Empreendimento Hoteleiro | | LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS | R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000 | 28.409 | Ofício dos Registros Públicos de Gramado | Empreendimento Hoteleiro | | CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE | Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170 | 33667 a 33676; 34982 a 34991; | Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu | Empreendimento Hoteleiro | | VILA DO MAR | Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700 | 14.120 | 3ºOfício de Notas de Natal | Empreendimento Hoteleiro | | BARRETOS | Barretos/SP | 72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974 | Registro de Imóveis de Barretos/SP | Empreendimento Hoteleiro | | WGR – OLÍMPIA | Olímpia/SP | 51.591 | Registro de Imóveis de Olímpia/SP | Empreendimento Hoteleiro | |

|  |  |
| --- | --- |
| **7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO** |  |
| 7.1. PRAZO TOTAL | 48 (quarenta e oito) meses |
| 7.2. VALOR DE PRINCIPAL | R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA. |
| 7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB. |
| 7.4. REMUNERAÇÃO | 17,50% (dezessete inteiros e meio por cento) ao ano |
| 7.5. DATA DE EMISSÃO | 05 de agosto de 2020 |
| 7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL | 18/07/2024 |
| 7.7. PRÉ-PAGAMENTO | Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da “Seção IV – Condições da Operação” da CCB. |
| 7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS: | Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo *pro rata die*, se necessário. |
| 7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO | Mensal |
| 7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO | 18 de agosto de 2020 |
| 7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO | 18 de julho de 2024 |
| 7.12. GARANTIA | Aval dos Avalistas. |

|  |  |
| --- | --- |
| **CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4309** | **DATA DE EMISSÃO**: 05 de agosto de 2020 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SÉRIE** | 1 | **NÚMERO** | 4309 | **TIPO DE CCI** | **INTEGRAL** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. EMISSORA** | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL: **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP** | | | | | |
| CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50 | | | | | |
| ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta | | | | | |
| COMPLEMENTO | - | CIDADE | Porto Alegre | UF | RS |

|  |
| --- |
| **2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE** |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002. |

|  |
| --- |
| **3. DEVEDORA** |
| **GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45. |

|  |
| --- |
| **4. TÍTULO** |
| Cédula de Crédito Bancário nº 81500036-7, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo. |

|  |
| --- |
| **5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:** R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**   | **Empreendimento** | **Localização** | **Matrícula** | **Cartório de Registro de Imóveis** | **Tipo** | | --- | --- | --- | --- | --- | | VILLAGE PRATAGY RESORT | Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600 | 106 | 3º Registro Geral de Imóveis Maceió | Empreendimento Hoteleiro | | LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS | R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000 | 28.409 | Ofício dos Registros Públicos de Gramado | Empreendimento Hoteleiro | | CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE | Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170 | 33667 a 33676; 34982 a 34991; | Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu | Empreendimento Hoteleiro | | VILA DO MAR | Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700 | 14.120 | 3ºOfício de Notas de Natal | Empreendimento Hoteleiro | | BARRETOS | Barretos/SP | 72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974 | Registro de Imóveis de Barretos/SP | Empreendimento Hoteleiro | | WGR – OLÍMPIA | Olímpia/SP | 51.591 | Registro de Imóveis de Olímpia/SP | Empreendimento Hoteleiro | |

|  |  |
| --- | --- |
| **7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO** |  |
| 7.1. PRAZO TOTAL | 48 (quarenta e oito) meses |
| 7.2. VALOR DE PRINCIPAL | R$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA. |
| 7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB. |
| 7.4. REMUNERAÇÃO | 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano |
| 7.5. DATA DE EMISSÃO | 05 de agosto de 2020 |
| 7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL | 18/07/2024 |
| 7.7. PRÉ-PAGAMENTO | Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da “Seção IV – Condições da Operação” da CCB. |
| 7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS: | Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo *pro rata die*, se necessário. |
| 7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO | Mensal |
| 7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO | 18 de agosto de 2020 |
| 7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO | 18 de julho de 2024 |
| 7.12. GARANTIA | Aval dos Avalistas. |

|  |  |
| --- | --- |
| **CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4310** | **DATA DE EMISSÃO**: 05 de agosto de 2020 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SÉRIE** | 1 | **NÚMERO** | 4310 | **TIPO DE CCI** | **INTEGRAL** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. EMISSORA** | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL: **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP** | | | | | |
| CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50 | | | | | |
| ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta | | | | | |
| COMPLEMENTO | - | CIDADE | Porto Alegre | UF | RS |

|  |
| --- |
| **2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE** |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002. |

|  |
| --- |
| **3. DEVEDORA** |
| **GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45. |

|  |
| --- |
| **4. TÍTULO** |
| Cédula de Crédito Bancário nº 81500037-5, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo. |

|  |
| --- |
| **5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:** R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**   | **Empreendimento** | **Localização** | **Matrícula** | **Cartório de Registro de Imóveis** | **Tipo** | | --- | --- | --- | --- | --- | | VILLAGE PRATAGY RESORT | Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600 | 106 | 3º Registro Geral de Imóveis Maceió | Empreendimento Hoteleiro | | LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS | R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000 | 28.409 | Ofício dos Registros Públicos de Gramado | Empreendimento Hoteleiro | | CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE | Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170 | 33667 a 33676; 34982 a 34991; | Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu | Empreendimento Hoteleiro | | VILA DO MAR | Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700 | 14.120 | 3ºOfício de Notas de Natal | Empreendimento Hoteleiro | | BARRETOS | Barretos/SP | 72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974 | Registro de Imóveis de Barretos/SP | Empreendimento Hoteleiro | | WGR – OLÍMPIA | Olímpia/SP | 51.591 | Registro de Imóveis de Olímpia/SP | Empreendimento Hoteleiro | |

|  |  |
| --- | --- |
| **7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO** |  |
| 7.1. PRAZO TOTAL | 48 (quarenta e oito) meses |
| 7.2. VALOR DE PRINCIPAL | R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA. |
| 7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB. |
| 7.4. REMUNERAÇÃO | 17,50% (dezessete inteiros e meio por cento) ao ano |
| 7.5. DATA DE EMISSÃO | 05 de agosto de 2020 |
| 7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL | 18/07/2024 |
| 7.7. PRÉ-PAGAMENTO | Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da “Seção IV – Condições da Operação” da CCB. |
| 7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS: | Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo *pro rata die*, se necessário. |
| 7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO | Mensal |
| 7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO | 18 de agosto de 2020 |
| 7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO | 18 de julho de 2024 |
| 7.12. GARANTIA | Aval dos Avalistas. |

|  |  |
| --- | --- |
| **CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4311** | **DATA DE EMISSÃO**: 05 de agosto de 2020 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SÉRIE** | 1 | **NÚMERO** | 4311 | **TIPO DE CCI** | **INTEGRAL** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. EMISSORA** | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL: **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP** | | | | | |
| CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50 | | | | | |
| ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta | | | | | |
| COMPLEMENTO | - | CIDADE | Porto Alegre | UF | RS |

|  |
| --- |
| **2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE** |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002. |

|  |
| --- |
| **3. DEVEDORA** |
| **GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45. |

|  |
| --- |
| **4. TÍTULO** |
| Cédula de Crédito Bancário nº 81500038-3, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo. |

|  |
| --- |
| **5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:** R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**   | **Empreendimento** | **Localização** | **Matrícula** | **Cartório de Registro de Imóveis** | **Tipo** | | --- | --- | --- | --- | --- | | VILLAGE PRATAGY RESORT | Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600 | 106 | 3º Registro Geral de Imóveis Maceió | Empreendimento Hoteleiro | | LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS | R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000 | 28.409 | Ofício dos Registros Públicos de Gramado | Empreendimento Hoteleiro | | CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE | Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170 | 33667 a 33676; 34982 a 34991; | Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu | Empreendimento Hoteleiro | | VILA DO MAR | Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700 | 14.120 | 3ºOfício de Notas de Natal | Empreendimento Hoteleiro | | BARRETOS | Barretos/SP | 72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974 | Registro de Imóveis de Barretos/SP | Empreendimento Hoteleiro | | WGR – OLÍMPIA | Olímpia/SP | 51.591 | Registro de Imóveis de Olímpia/SP | Empreendimento Hoteleiro | |

|  |  |
| --- | --- |
| **7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO** |  |
| 7.1. PRAZO TOTAL | 48 (quarenta e oito) meses |
| 7.2. VALOR DE PRINCIPAL | R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA. |
| 7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB. |
| 7.4. REMUNERAÇÃO | 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano |
| 7.5. DATA DE EMISSÃO | 05 de agosto de 2020 |
| 7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL | 18/07/2024 |
| 7.7. PRÉ-PAGAMENTO | Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da “Seção IV – Condições da Operação” da CCB. |
| 7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS: | Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo *pro rata die*, se necessário. |
| 7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO | Mensal |
| 7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO | 18 de agosto de 2020 |
| 7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO | 18 de julho de 2024 |
| 7.12. GARANTIA | Aval dos Avalistas. |

|  |  |
| --- | --- |
| **CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4312** | **DATA DE EMISSÃO**: 05 de agosto de 2020 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SÉRIE** | 1 | **NÚMERO** | 4312 | **TIPO DE CCI** | **INTEGRAL** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1. EMISSORA** | | | | | |
| RAZÃO SOCIAL: **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP** | | | | | |
| CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50 | | | | | |
| ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta | | | | | |
| COMPLEMENTO | - | CIDADE | Porto Alegre | UF | RS |

|  |
| --- |
| **2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE** |
| **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**,sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002. |

|  |
| --- |
| **3. DEVEDORA** |
| **GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45. |

|  |
| --- |
| **4. TÍTULO** |
| Cédula de Crédito Bancário nº 81500039-1, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo. |

|  |
| --- |
| **5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:** R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB. |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**   | **Empreendimento** | **Localização** | **Matrícula** | **Cartório de Registro de Imóveis** | **Tipo** | | --- | --- | --- | --- | --- | | VILLAGE PRATAGY RESORT | Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600 | 106 | 3º Registro Geral de Imóveis Maceió | Empreendimento Hoteleiro | | LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS | R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000 | 28.409 | Ofício dos Registros Públicos de Gramado | Empreendimento Hoteleiro | | CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE | Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170 | 33667 a 33676; 34982 a 34991; | Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu | Empreendimento Hoteleiro | | VILA DO MAR | Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700 | 14.120 | 3ºOfício de Notas de Natal | Empreendimento Hoteleiro | | BARRETOS | Barretos/SP | 72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974 | Registro de Imóveis de Barretos/SP | Empreendimento Hoteleiro | | WGR – OLÍMPIA | Olímpia/SP | 51.591 | Registro de Imóveis de Olímpia/SP | Empreendimento Hoteleiro | |

|  |  |
| --- | --- |
| **7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO** |  |
| 7.1. PRAZO TOTAL | 48 (quarenta e oito) meses |
| 7.2. VALOR DE PRINCIPAL | R$ 1.600.000,00 (um milhões e seiscentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA. |
| 7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB. |
| 7.4. REMUNERAÇÃO | 17,50% (dezessete inteiros e meio por cento) ao ano |
| 7.5. DATA DE EMISSÃO | 05 de agosto de 2020 |
| 7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL | 18/07/2024 |
| 7.7. PRÉ-PAGAMENTO | Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da “Seção IV – Condições da Operação” da CCB. |
| 7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS: | Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo *pro rata die*, se necessário. |
| 7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO | Mensal |
| 7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO | 18 de agosto de 2020 |
| 7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO | 18 de julho de 2024 |
| 7.12. GARANTIA | Aval dos Avalistas. |

**ANEXO II**

**DESTINAÇÃO DO PREÇO DE CESSÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tranche** | **Valor** | **Destinação** |
| Primeira | Aproximadamente R$ 12.000.000.00 | Despesas Flat, no valor aproximado de R$ 849.968,00 |
| Fundo de Reserva, no valor aproximado de R$ 649.792,57 |
| Desembolso das CCB para a Devedora, por conta e ordem da Cedente, para aplicação no desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo, no valor aproximado de R$ 10.500.239,43 |
| Segunda | Aproximadamente R$ 12.000.000.00 | Despesas Flat |
| Fundo de Reserva |
| Fundo de Obra |
| Desembolso das CCB para a Devedora, por conta e ordem da Cedente, para aplicação no desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo |
| Terceira | Aproximadamente R$ 4.000.000,00 | Despesas Flat |
| Fundo de Reserva |
| Desembolso das CCB para a Devedora, por conta e ordem da Cedente, para aplicação no desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo |

**ANEXO III**

**DESPESAS FLAT**

|  |  |
| --- | --- |
| **Custos Flat – Estimados** | **R$** |
| Companhia Hipotecária | 63.000 |
| Coordenador Líder | 14.500 |
| Medição | 20.000 |
| Rating | 25.000 |
| Advogados | 55.000 |
| Agente Fiduciário | 12.000 |
| Agente Registrador CCI | 8.000 |
| Cetip - Registro Ativo CRI | 5.000 |
| Cetip - Registro CCB | 652 |
| Cetip - Pré-Análise 476 | 1.400 |
| Cetip - Movimentações | 15.231 |
| Anbima - Taxa de Registro | 9.742 |
| Custódia CRI | 1.388 |
| Servicer - Auditoria e Implantação | 211.055 |
| **Valor total** | **441.968** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Custos Flat - Por Emissão** | **%** | **1ª Tranche** | **2ª Tranche** | **3ª Tranche** |
| Securitizadora | 0,50% | 60.000 | 60.000 | 20.000 |
| Taxa de Sucesso | 2,00% | 240.000 | 240.000 | 80.000 |
| Firme de Colocação | 0,90% | 108.000 | 108.000 | 36.000 |
| **Valor total** |  | **408.000** | **408.000** | **136.000** |

**ANEXO IV**

**DESPESAS RECORRENTES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Despesas Recorrentes** | **Mensal** | **Anual** |
| Agente Fiduciario | - | 12.000 |
| Rating | - | 25.000 |
| Engenharia | - | - |
| Custódia das CCI | 224 | 3.000 |
| Escriturador | 400 | - |
| Gestão | 8.300 | - |
| Servicer | 19.807 | - |
| Despesas Operacionais | 500 | - |
| Contabilidade | 250 | - |
| Auditoria | 650 | - |
| **Valor total** | **30.131** | **40.000** |

**ANEXO V**

**RELATÓRIO DE MEDIÇÃO**